

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2024

Comitê de Orçamento e Finanças e Subcomitê de Orçamento do Primeiro Grau de Jurisdição do TRT da 19ª Região

Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região		
REUNIÃO INICIAL		
Data: 19/03/2023	Horário: 15:00 horas	Local: sala virtual da Diretoria Geral do TRT19 - Plataforma Zoom
Participantes		
Laerte Neves de Souza, Desembargador do TRT19 _____		
Anne Helena Fischer Inojosa, Desembargadora do TRT19 _____		
Fernando Antônio da Silva Falcão, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Arapiraca _____		
Carlos Arthur de Macedo Figueiredo, Juiz do Trabalho Substituto _____		
Emanuel Holanda Almeida, Juiz do Trabalho Substituto _____		
Manoel Messias Feitoza, Secretário Geral da Presidência _____		
João Luiz Araújo Lima, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação _____		
Gustavo Henrique Caitano Lopes, Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças _____		
Arnóbio José Reis de Araújo, Diretor de Secretaria da 7ª Vara do Trabalho de Maceió _____		
Raoni de Mattos Santos, Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de Santana do Ipanema _____		
Marcelo Xavier do Nascimento, Diretor da Divisão de Estatística _____		
Lauriston Chaves de Farias Júnior, servidor representante da ASSTRA XIX _____		
Marcos Antonio Apolonio da Silva, Chefe da Seção de Acompanhamento da Execução Orçamentária _____		
José Antonio Jacinto Júnior, Coordenador de Apoio ao PJE _____		
Objetivo		
- Apresentar e aprovar as atualizações do PAC 2024;		
- Apresentar os índices de execução orçamentária do TRT 19ª Região no exercício de 2024;		
- Apresentar relatório de evolução de restos a pagar.		
Discussão da Pauta.		
A reunião foi aberta às 15:10 horas, pelo Desembargador Laerte Neves de Souza. Iniciados os trabalhos o servidor Marcos Apolonio, Chefe da SAEO, apresentou aos participantes a pauta da reunião, os normativos que regem a atualização do PAC 2024 e as competências e composição do Comitê de Orçamento e Finanças e do Subcomitê de Orçamento do Primeiro Grau de Jurisdição. Após, apresentou a 1ª atualização do PAC 2024, com os valores discriminados por centro de custos e tipo de verba (material, consumo e permanente), bem como um gráfico para visualização da distribuição da dotação orçamentária entre os centros de custos. Em seguida, foi destacado o percentual de execução		

orçamentária do TRT da 19ª Região com dados atualizados extraídos do SIGEO, no dia 14/03/2023. Também apresentou o relatório de acompanhamento de restos a pagar deste Regional desde 2020 até o presente exercício financeiro. Diante de alguns membros estarem participando do Comitê e Subcomitê de Orçamento pela primeira vez, explicou como é desenvolvido o PAC 2025 e a importância do Calendário de Contratações para o devido acompanhamento da execução orçamentária. Por fim, apresentou o Plano de Contingência atual deste Regional com as pendências de demandas que ainda não podem ser atendidas por limitação orçamentária, atualmente composto pela CMP, CPJ e SETIC. Dr. Carlos Arthur, questionou se os membros iriam votar apenas algo que já foi deliberado ou se podem ser apresentadas propostas para novas contratações como, por exemplo, a contratação de estagiários. O Secretário-Geral, Manoel Messias, informou que podem ser apresentadas novas propostas, inclusive a elaboração e construção do PAC 2025 está em fase de apresentação de demandas pelas unidades detentoras de centro de custos. O Servidor Marcos Apolonio, comunicou que a Diretoria Geral está analisando algumas contratações para verificar a possibilidade de redução de custos, como a contratação de vigilância armada, que poderá ser estudado a possibilidade de contratação de posto armado diurno e vigilância eletrônica noturna. Dr. Emanuel Holanda, salientou que no TRT3, onde trabalhou, existia essa solução, mas às vezes quando as audiências se estendiam em sua duração a Vara ficava sem o posto de vigilância. Em seguida, sugeriu ao TRT19 que sejam realizados estudos detalhados para sua possível implantação sem incorrer no mesmo problema e que, no caso de redução de despesas no contrato de vigilância, parte da economia seja utilizada para melhorar as condições básicas de segurança nas Varas do Trabalho do Interior, como a aquisição de detectores de metais. O Secretário de Orçamento e Finanças, Gustavo Henrique, salientou que o orçamento para pessoal considerando os valores pagos em 2023 e a projeção para 2024 é bastante preocupante, pois há um déficit bem considerável. O CSJT está realizando reuniões mensais para acompanhamento do orçamento para pessoal, uma vez que as verbas para pagamento da remuneração de servidores, magistrados e a implementação de algumas verbas para pessoal aumentou bastante, podendo até ser atingido os valores destinados para custeio, decisão essa que deve ser proferida pelo CSJT até maio/2024, sendo que hoje o déficit em pessoal é de R\$ 27.873.000,00. O Presidente da ASSTRA XIX, Lauriston Chaves, observou que considerando o valor mensal total da folha de pagamento e o déficit apresentado, este Regional teria recursos suficientes para pagamento de pessoal até o mês de outubro/2024. Questionou sobre o valor deficitário apresentado, uma vez que o aumento dos magistrados e servidores estavam previstos em Lei. O Secretário da SOF, Gustavo Henrique informou que esse montante se deve a implementação de algumas verbas de pessoal nesse exercício financeiro. Acrescentou, também, que a reserva do CSJT é menor do que o déficit da Justiça do Trabalho, o que gerou a orientação aos TRT's para não efetuarem o pagamento de verbas discricionárias. O Secretário de TIC, João Luiz, salientou que alguns itens que estão em Plano de Contingência são críticos, que apresentam um grau de risco elevado e está sendo analisada a possibilidade de conseguir verba descentralizada do CSJT, e caso não consiga, está realizando estudos para verificar novas ações a serem desenvolvidas para atendimento das demandas. O servidor, Marcos

Apolonio, sugeriu que para priorização das demandas deste Tribunal, a Seção de Acompanhamento da Execução Orçamentária, a Secretaria de Orçamento e Finanças, a Diretoria Geral e a Secretaria de Gestão Estratégica podem elaborar um documento com parâmetros para essencialidade e priorização e que, em aproximadamente um mês, será submetida ao Comitê e Subcomitê para análise e deliberação. Apresentou, ainda, os principais desafios para execução orçamentária de 2024: concluir a licitação do projeto de retomada da obra da VT da Capital; o acompanhamento das despesas de pessoal; a impossibilidade de devolução de orçamento ao CSJT e a definição de prioridades e essencialidades. Dr. Fernando Falcão solicitou informações acerca da construção das Varas do Trabalho de Arapiraca/AL. O servidor Marcos Apolonio informou que o Projeto Arquitetônico já está pronto e os projetos complementares estão em fase de finalização. A CMP conseguiu enviar previamente ao CSJT o projeto arquitetônico (planta baixa) para análise e foram apresentados alguns questionamentos: tamanho do arquivo, aplicação de secretaria única para as duas Varas, e o Gabinete do Juiz Auxiliar. A CMP vai encaminhar um relatório para DG e, posteriormente, os questionamentos serão debatidos e instruídos em reunião junto aos Juízes e Diretores das Varas de Arapiraca. Quanto ao encaminhamento oficial dos projetos das Varas do Trabalho de Arapiraca ao CSJT, após consulta à CMP, a previsão é que ocorra até março de 2025, para possível inclusão no orçamento de 2026, viabilizando a licitação para construção das referidas Varas. O Diretor da VT de Santana do Ipanema, Raoni Matos, solicitou informações acerca da previsão de manutenção da referida Vara, diante da necessidade de pintura e ajustes nos revestimentos. O servidor Marcos Apolonio, respondeu que já está prevista, a partir do mês de abril de 2024, uma manutenção predial para a Vara do Trabalho de Santana do Ipanema/AL. O Secretário Geral, Manoel Messias, informou que o Desembargador Laerte Neves teve problemas no computador e por este motivo saiu da sala durante a reunião. Dr. Emanuel Holanda e Dr. Carlos Arthur solicitaram a inclusão da demanda da contratação de estagiários para este Regional no Plano de Contingência. A Desembargadora, Anne Helena, comunicou que foi Presidente deste Regional e Conselheira do CSJT e, com sua experiência, salientou que esta questão orçamentária não é simples de ser atendida pelo CSJT, em virtude das altas demandas de todos os Regionais da Justiça do Trabalho. Ao término da apresentação, ficou aprovado, por unanimidade, a 1ª atualização do PAC 2024, que deverá ser publicada no sítio eletrônico do Tribunal e a proposta de estudo de essencialidade e prioridades das demandas que geram gastos orçamentários deste Regional pela DG, SOF, SGGE e SAEO. Às 16:25 horas a reunião foi encerrada pelo Exma. Desembargadora Anne Helena.

Encaminhamento

I – Realizar estudos de essencialidade e prioridades das demandas que geram gastos orçamentários deste Regional.

Responsável: DG, SOF, SGGE e SAEO.

II – Submeter a 1ª atualização do PAC 2024 à Presidência e ao Tribunal Pleno para apreciação e posterior publicação.

Responsável: SAEO

Ata elaborada por:

Data: 25/03/2024

Marcos Antonio Apolonio da Silva